Editora Solução
a solução para o seu concurso!

SANTA LUZIA - MG

Assistente Social

SL-016OT-26
7901183012763

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de texto(s) dos tipos: descritivo, narrativo, dissertativo e de diferentes gêneros, por exemplo, poemas, texto jornalísticos, propagandas, charges, cartuns, tirinhas, gráficos, entre outros 7
2. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, polissemia, sentido próprio (denotação) e sentido figurado (conotação) 15
3. Fonologia: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos 18
4. Divisão silábica 20
5. Acentuação tônica e gráfica (atualizada, conforme as regras do novo Acordo Ortográfico), sinais gráficos 21
6. Ortografia (atualizada, conforme as regras do novo Acordo Ortográfico) 23
7. Estrutura e formação de palavras 29
8. Emprego dos sinais de pontuação 34
9. Classes de palavras variáveis e invariáveis (identificação, flexão, função sintática, semântica e discursiva) 37
10. Conjugação verbal: verbos – regulares, irregulares e auxiliares (ser, ter, haver, estar) – conjugação em todos os modos e tempos simples e compostos e formas nominais do verbo 46
11. Sintaxe de concordância verbal e nominal 49
12. Sintaxe de regência verbal e nominal 53
13. Sintaxe de colocação pronominal 54
14. Usos do sinal indicativo de crase: regra geral e casos especiais 56
15. Figuras de linguagem 58
16. Funções da linguagem 61
17. Registro formal e registro informal 62
18. Marcas de coloquialidade 65
19. Variações linguísticas 67

Raciocínio Lógico

1. Lógica sentencial (ou proposicional); proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações 79
2. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos; compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas; problemas de lógica e raciocínio 81
3. Problemas de contagem e noções de probabilidade 104
4. Falácias 105
5. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão 109

Legislação Municipal

1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Arts 1º ao 5º ; art. 29 a 31 ; art 37 a 41 115
2. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG Nº 1, DE 1º DE SETEMBRO DE 2000 125
3. LEI Nº 1.474, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1991 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do município, das autarquias e das fundações públicas municipais 160

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

4. LEI COMPLEMENTAR Nº 4.737, DE 27 DE JUNHO DE 2024 que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Santa Luzia/MG, o estímulo à formação profissional do servidor, sua contribuição ao processo de trabalho, revoga as leis que especifica, e dá outras providências 178
5. LEI COMPLEMENTAR Nº 4.570, DE 30 DE MARÇO DE 2023 que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Luzia e dá outras providências 191
6. LEI COMPLEMENTAR 4.055, DE 08 DE MARÇO DE 2019 que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal de Santa Luzia 249

Conhecimentos Específicos
Assistente Social

1. A produção e reprodução das relações sociais e o Serviço Social 259
2. Trabalho e Serviço Social: Transformações societárias e o trabalho do assistente social 263
3. O projeto ético-político do Serviço Social na cena contemporânea 266
4. As dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológicas do Serviço Social 269
5. A instrumentalidade na prática profissional do assistente social 274
6. Estratégias e táticas na intervenção profissional 278
7. Trabalho social com famílias 282
8. Questão social e Serviço Social: Serviço Social e movimentos sociais 287
9. O código de ética profissional dos assistentes sociais; A Lei que regulamenta a profissão 290
10. Serviço Social, direitos humanos e política social 290
11. Fundo público e o financiamento das políticas sociais 298
12. A relação Estado e sociedade e as políticas sociais; Serviço Social e as políticas sociais; Estado, "questão social" e política social; Expressões da "questão social" e política social no Brasil; As políticas sociais e o trabalho profissional no contexto neoliberal 302
13. Raça, classe e gênero na sociedade brasileira e suas implicações para as políticas sociais 306
14. Planejamento, avaliação e monitoramento das políticas sociais 310
15. A seguridade social brasileira e o trabalho da/o assistente social no capitalismo contemporâneo 311
16. A Política Nacional de Assistência Social brasileira e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 317
17. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) 321
18. Sistema Único de Saúde (SUS) 332
19. Estatuto do Idoso 344
20. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 355
21. Estatuto da Juventude 397
22. Estatuto da Igualdade Racial 397

Material Digital
Noções de Informática

1. Sistemas operacionais de computadores (windows): conceitos, características, ferramentas, configurações, acessórios e procedimentos 3
2. Aplicativos de escritório (microsoft office): editor de texto, planilhas, apresentação de slides 13

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

3. Internet (protocolos, computação em nuvem, equipamentos de conexão, intranet, extranet) e navegadores de internet 36
4. Utilização e ferramentas de correio eletrônico (e-mail) e redes sociais 41
5. Segurança e proteção de computador: conceitos, princípios básicos, ameaças, antivírus, vírus, firewall 45

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua "Área do Aluno" em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO(S) DOS TIPOS: DESCRITIVO, NARRATIVO, DISSERTATIVO E DE DIFERENTES GÊNEROS, POR EXEMPLO, POEMAS, TEXTO JORNALÍSTICOS, PROPAGANDAS, CHARGES, CARTUNS, TIRINHAS, GRÁFICOS, ENTRE OUTROS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

▸ **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

▸ **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

▸ **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

▸ **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias , que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados , as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL); PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS; TABELAS-VERDADE; EQUIVALÊNCIAS; ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. "Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real". Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.
Mais um exemplo:

p	*q*	p -> q	~p	~q	~q -> ~p
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de p->q é igual a ~q -> ~p (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como A tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta *(p^q) -> pvq*. O que vamos fazer primeiro é montar A tabela-verdade para p^q e pvq.

p	q	p^q	p v q
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com p->q:

p	q	p->q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante.
Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	p^q	pvp	p->q	(p^q) -> pvq
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

Geralmente, não é simples construir umA tabela-verdade, algumas relações podem facilitar as análises. Uma delas são as *Leis de De Morgan*, que negam algumas relações. São elas:

- **1ª lei de Morgan:** ¬(p^q) = (¬p) v (¬q)
- **2ª lei de Morgan:** ¬(p v q) = (¬p) ^ (¬q)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - ARTS 1º AO 5º ; ART. 29 A 31 ; ART 37 A 41

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura , o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; (Regulamento)

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL

Produção da vida social e reprodução das relações de classe

A vida coletiva exige produzir bens e sustentar relações de trabalho, distribuição, cuidado e participação institucional. Produção e reprodução social são vinculadas: confeccionar uma peça de roupa requer equipamentos e trabalho; manter a atividade exige trabalhadores em condições de retornar, conhecimentos transmitidos e acesso a meios de subsistência. O Serviço Social analisa esse vínculo porque as necessidades apresentadas às instituições decorrem também da organização econômica e da distribuição de poder.

- **Trabalho, propriedade e organização da produção**

O trabalho transforma a natureza e cria utilidades sociais. No capitalismo, o processo produtivo articula proprietários de meios de produção, trabalhadores que vendem sua força de trabalho e instituições que regulam contratos. Cooperação, conhecimentos e cadeias de fornecimento tornam a produção coletiva, enquanto seus resultados são apropriados desigualmente. O salário remunera o trabalho contratado, mas não corresponde ao conjunto da riqueza gerada.

Trabalho como atividade social

Uma confecção reúne corte, costura, transporte, limpeza, manutenção e administração. Mesmo uma peça confeccionada individualmente depende de quem produziu o tecido, forneceu energia e organizará a venda. A divisão do trabalho amplia a interdependência e diferencia responsabilidades, salários e controles. Na terceirização, pessoas que ocupam o mesmo espaço podem ter contratos distintos, com efeitos sobre jornadas, renda, segurança e capacidade de reivindicar melhorias. Assim, o processo de trabalho combina capacidades humanas, meios materiais e relações sociais historicamente determinadas.

Apropriação do excedente e posições de classe

A crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx permite distinguir o valor produzido pelo trabalho da parcela apropriada na forma de salário. No capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção e a compra da força de trabalho constituem condições decisivas para a acumulação. Classe social, nesse quadro, não se reduz a faixa de renda: envolve posição nas relações de produção, controle sobre recursos e dependência do trabalho para subsistir. Duas famílias com rendimentos momentaneamente semelhantes podem enfrentar riscos diferentes quando uma dispõe de patrimônio e outra depende de remuneração instável. Esse contraste ajuda a compreender por que dificuldades consideradas individuais frequentemente apresentam causas compartilhadas.

A distinção entre processos relacionados à produção e à reprodução ajuda a organizar uma leitura que não confunde atividade econômica com totalidade da vida social.

Processo social	Produto imediato	Condição necessária	Efeito sobre relações de classe
Produção de mercadorias	Bens destinados à circulação	Trabalho e meios de produção	Criação e apropriação desigual de riqueza
Reprodução da força de trabalho	Condições para trabalhar novamente	Alimentação, descanso, cuidado e serviços	Continuidade da oferta de trabalho
Reprodução de relações institucionais	Regras, hábitos e formas de autoridade	Organizações, educação e normas sociais	Persistência ou contestação de hierarquias

Os processos da tabela ocorrem simultaneamente. A atividade econômica depende do cuidado cotidiano, enquanto o acesso ao cuidado pode depender da renda obtida no mercado. As instituições, por sua vez, tanto organizam a distribuição de recursos quanto criam espaços de disputa acerca dessa distribuição.

- **Reprodução da força de trabalho e da vida cotidiana**

Reproduzir a sociedade não significa repetir acontecimentos de maneira idêntica. Significa restabelecer condições materiais e relações sociais suficientes para que a vida coletiva continue, mesmo quando surgem mudanças tecnológicas, conflitos ou novas normas. A reprodução envolve consumo, habitação, mobilidade, educação, proteção social e trabalho doméstico. Seus custos e suas responsabilidades são repartidos de modo desigual entre famílias, empresas e Estado.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Salário, consumo e serviços necessários

Uma trabalhadora remunerada por produção pode experimentar oscilações mensais de renda, embora suas despesas de alimentação, transporte e moradia permaneçam. Se uma criança adoece, a necessidade de cuidado interfere na jornada e pode reduzir a remuneração. Serviços públicos de saúde e educação ajudam a sustentar a vida e diminuem parte dos custos assumidos privadamente, sem eliminar as desigualdades de acesso. A insuficiência salarial não se explica apenas por decisões de consumo: deve ser relacionada a vínculos de emprego, preços, moradia e responsabilidades familiares. Reconhecer tais determinações impede que a proteção social seja confundida com mera correção de hábitos pessoais.

Família, instituições e permanência das desigualdades

A organização do cuidado em redes familiares pode garantir sobrevivência diante de situações adversas, mas sua sobrecarga também produz efeitos sobre saúde, tempo livre e inserção profissional. Escolas transmitem conhecimentos e normas, empresas organizam ritmos de trabalho, e serviços estatais oferecem proteção em condições reguladas. Nenhuma dessas instituições opera fora de disputas: regras podem reduzir vulnerabilidades ou reforçar exclusões preexistentes. A reprodução social contém, assim, continuidade e mudança. Uma política de ampliação de creches, por exemplo, modifica possibilidades de trabalho remunerado de responsáveis por crianças e altera a distribuição cotidiana do tempo de cuidado, ainda que não transforme isoladamente as relações de propriedade.

Questão social e formação histórica da profissão

A expressão questão social designa o conjunto de desigualdades, conflitos e demandas decorrentes das relações sociais da sociedade capitalista, especialmente da tensão entre produção coletiva da riqueza e apropriação desigual de seus resultados. Manifestações como precariedade habitacional, insegurança alimentar e desproteção no trabalho aparecem em trajetórias particulares, mas possuem dimensões comuns ligadas à economia, à política e à história. A profissionalização do Serviço Social ocorreu quando instituições passaram a organizar respostas permanentes a essas manifestações, com atribuições especializadas e práticas de atendimento.

- **Industrialização, conflitos e respostas às desigualdades**

A industrialização ampliou a concentração de trabalhadores nas cidades, criou novas ocupações e intensificou disputas por condições de trabalho e de vida. O crescimento urbano também tornou visíveis carências de saneamento, transporte, habitação e atendimento à infância. Essas necessidades não surgiram exclusivamente da passagem para a indústria; adquiriram novas formas em contextos de assalariamento, migração e desigualdade territorial. Greves, associações e reivindicações coletivas contribuíram para colocar direitos sociais na agenda pública.

Urbanização e visibilidade das necessidades

Em um bairro que cresce ao redor de fábricas, muitas famílias podem ocupar moradias próximas a áreas de risco porque os salários e o preço dos imóveis limitam alternativas. A distância entre o local de trabalho e os equipamentos urbanos amplia custos de transporte e tempo de deslocamento. Quando uma enchente atinge parte do bairro, cada família apresenta perdas específicas, mas a exposição compartilhada ao perigo revela problemas de ocupação do solo e infraestrutura. A leitura social não se encerra no levantamento de danos domésticos: considera também quem decidiu sobre o território, quais grupos tiveram acesso a serviços e como os moradores se organizaram para exigir providências.

Filantropia, Estado e institucionalização de respostas

Iniciativas religiosas e beneficentes tiveram papel relevante nas formas históricas de auxílio aos segmentos empobrecidos. A assistência organizada pelo Estado, por sua vez, ganhou diferentes configurações conforme se ampliaram direitos e responsabilidades públicas. Essas respostas não devem ser tratadas como equivalentes. A ajuda fundada na benevolência pode depender de juízos morais ou da disponibilidade de um doador; o direito social envolve deveres institucionais e critérios públicos de acesso. A trajetória brasileira da assistência combina heranças caritativas, iniciativas estatais e processos de construção de uma política pública de proteção social. A Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social representam marcos consolidados dessa redefinição.

- **Inserção profissional na divisão sociotécnica do trabalho**

O Serviço Social constitui uma profissão inserida em processos coletivos de trabalho e não uma atividade externa às relações sociais que analisa. Sua intervenção ocorre em organizações com finalidades, recursos e regras próprios, envolvendo levantamento de situações, orientação, articulação com serviços e produção de registros técnicos. A atuação é condicionada por relações contratuais e institucionais, mas também por conhecimentos especializados e parâmetros éticos próprios.

Instituições empregadoras e demandas contraditórias

No atendimento municipal de um bairro industrial, a administração pode solicitar verificação de requisitos para determinado benefício, enquanto os moradores demandam solução para necessidades mais amplas. A profissional precisa compreender critérios de acesso sem reduzir a família a um formulário. Pode identificar obstáculos de documentação, dificuldades de deslocamento, ausência de informações e demandas por serviços de outras áreas. Essa atuação evidencia uma posição contraditória: executa procedimentos definidos pelo empregador e, ao mesmo tempo, trabalha com situações nas quais a garantia de direitos exige problematizar as condições institucionais. A interpretação de Marilda Villela Iamamoto sobre a inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho contribuiu para explicitar essa dimensão histórica e contraditória.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.